

RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.664 - RO (2018/0184840-9)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : PAULO AMANCIO MARIANO
ADVOGADOS : LUIS ROBERTO DEBOWSKI E OUTRO(S) - RO000211
STEPHANI ALICE OLIVEIRA VIAL - RO004851
MARINALVA DE PAULO - RO005142
RECORRIDO : AUTO POSTO PLANALTO LTDA
ADVOGADO : ANDRÉ COELHO JUNQUEIRA E OUTRO(S) - RO006485

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PAULO AMÂNCIO MARIANO com fundamento nas alíneas "a" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (e-STJ Fl. 479):

"Agravado de Instrumento. Impugnação à penhora. Nulidade da execução. Inocorrência. Alteração da verdade dos fatos e oposição injustificada ao andamento do processo. Litigância de má-fé caracterizada.

O acordo apontado como nulo foi sucedido por diversas renegociações e transações entre as partes dentro do processo executório, referindo-se a penhora ora impugnada a acordo diverso, ficando, assim, prejudicada a análise da prática de usura em acordo já superado por outro posterior.

A alteração da verdade dos fatos e a oposição injustificada ao andamento do processo, em flagrante inobservância ao dever de lealdade e de cooperação para a rápida solução do litígio, implica em litigância de má-fé."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 498/502.

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação aos arts. 371 e 1.022 do CPC/15; 11 do Decreto 22.626 e Súmula 121 do STF. Para tanto, sustenta, além da negativa de prestação jurisdicional, em síntese, que: (i) *"embora tenha se tentado dar aspecto de exaustiva análise do conteúdo probatório, isso não ocorreu, porque não há motivação nos autos explicitando a razão de adoção, de afastamento e de valoração em si de cada prova produzida"* - (fl. 517); (ii) *"a Lei da Usura veda expressamente a estipulação de juros superiores ao dobro da taxa legal, verificada a prática de usura,*

com a cobrança abusiva, há de haver o correto reconhecimento pelas instâncias a quo da ilegalidade dos juros praticados no negócio jurídico firmado entre as partes litigantes" - (fl. 517).

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Ademais, em relação à alegada violação da Súmula n. 121 do STF, cumpre ressaltar que "*a interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, 'a' da CF/88.*" (REsp 1.309.015/SP, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 4/2/2014).

Quanto à alegada violação do art. 371 do CPC/15, verifica-se que o conteúdo normativo do dispositivo invocado no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, tampouco foi a respectiva matéria suscitada nos embargos de declaração opostos às fls. 489/491. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE VALORES CONJUGADA COM REVISIONAL DE CONTRATO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DOCUMENTOS NÃO JUNTADOS NA INICIAL. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. SÚMULA Nº 282/STF.

1. A análise da existência de documentos na exordial que comprovariam a relação jurídica entre as partes não pode ser realizada por esta Corte, porquanto demandaria reexame fático, inviável neste momento processual, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. Os argumentos de que a ação não poderia ter sido extinta de ofício por inépcia da inicial e de que o tribunal estadual deveria ter dado oportunidade à parte de emendar a exordial não foram debatidos na origem, tampouco foram arguidos nos embargos de declaração opostos naquela Corte, o que torna inviável o conhecimento pelo STJ, haja vista a ausência de prequestionamento - Súmula nº 282/STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 643.547/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017)"

Por fim, não se conhece da mencionada violação ao art. 11 do Decreto 22.626/33.

O dispositivo citado encerra normatividade que não guarda relação com a fundamentação apresentada nas razões de decidir do Tribunal *a quo*.

Com efeito, a c. Corte local concluiu restar prejudicada a análise da prática de usura em acordo já superado por outro posterior, conforme se denota do trecho do acórdão a seguir (fl. 477):

Na espécie, constata-se que a decisão agravada cingiu-se em analisar matéria referente à penhora, tendo deixado de manifestar-se quanto à matéria que o agravante alega ser de ordem pública, qual seja, a cobrança ilegal de juros supostamente usurários.

Sem razão o agravante, embora seja entendimento pacificado jurisprudencialmente que os juros moratórios poderão ser

decididos, inclusive, de ofício, constata-se que o acordo ora apontado como nulo já foi sucedido por diversas renegociações e transações entre as partes dentro do processo executório, e que a penhora ora impugnada refere-se a acordo realizado em 04/08/2004, em que o agravante confessa a dívida de R\$68.045,01.

Por sua vez, na petição de recurso especial, o ora agravante limitou-se a alegar ofensa ao art. 11 do Decreto 22.626/33, o qual não dispõe a respeito da questão relativa acordo posterior.

Logo, esse dispositivo legal não possui pertinência com o decidido no v. aresto hostilizado, não tendo, assim, força normativa suficiente para reformar o acórdão impugnado. Com efeito, *"a indicação de artigo de lei federal tido por violado que não guarda pertinência temática com a matéria discutida nos autos obsta o conhecimento do recurso especial, a teor da Súmula 284/STF"* (REsp 846.049/SP, **Rel. Min. ELIANA CALMON**, Segunda Turma, DJ de 08.09.2008).

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535. INOCORRÊNCIA. COMANDO INCAPAZ DE INFIRMAR A CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO. TAXA DE 6% AO ANO. EFICÁCIA DA MP 1.577/97. PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM. PRECEDENTES.

(...)

3. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, a orientação posta na Súmula 284/STF.

(...)

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 884.146/MT, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 16.8.2007)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator